

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº 2022 (Do Sr. Chico D'Ángelo)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão sobre a contaminação humana e ambiental, por HCH (pó de broca), na área denominada Cidade dos Meninos, na cidade de Duque de Caxias/RJ.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do Artigo 24, inciso III c/c com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater: a contaminação humana e ambiental, por HCH (pó de broca), na área denominada Cidade dos Meninos, na cidade de Duque de Caxias/RJ.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde;
2. Representante da Associação de Moradores da Cidade dos Meninos;
3. Representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ);
4. Representante da FIOCRUZ;
5. Representante da Secretaria de Estado do Ambiente;
6. Representante da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias;
7. Representante do Ministério Público Federal em São João de Meriti – Coordenadoria de Meio Ambiente;
8. Representante da PETROBRAS; e
9. Deputado Estadual Marcelo Dino.

JUSTIFICATIVA



O local conhecido como Cidade dos Meninos é uma área da União com aproximadamente 19 milhões ha, localizada na cidade de Duque de Caxias, região sudeste da APA do Alto Iguaçu. A contextualização histórica desta área é apresentada a seguir, tendo sido elaborada a partir de informações do Mapa de Conflitos Ambientais no Brasil¹ (FIOCRUZ, 2016).

No início da década de 1940 foi planejado pela então primeira-dama do País (Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas) na antiga Fazenda São Bento um internato para meninas na forma de um projeto assistencialista (previsto para aliar ensino profissional e moradia), porém o projeto não chegou a receber nenhuma interna.

No ano de 1946 a Fundação Abrigo Cristo Redentor assumiu o projeto e o transformou em um internato para rapazes com o desenvolvimento de cursos profissionalizantes. Apesar de ser administrada pela Fundação, a chamada Cidade dos Meninos funcionava em um terreno sob jurisdição do então Ministério da Educação e Saúde.

No final da década de 1940, o Governo Federal instalou no local o Instituto de Malariologia, dedicado ao estudo e desenvolvimento de pesticidas químicos para o combate aos vetores de doenças endêmicas da região. Também foi instalada uma fábrica para produção dos pesticidas. A instituição educacional e a fábrica funcionaram em conjunto até 1961, quando as atividades da fábrica foram transferidas para o campus de Manguinhos, onde funciona atualmente a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Contudo, após o fechamento da fábrica, os resíduos tóxicos armazenados no local foram abandonados sem qualquer tipo de tratamento ou orientação à população sobre a periculosidade das substâncias. A quantidade do material abandonado foi de aproximadamente 400 toneladas de resíduos tóxicos, especialmente hexaclorociclohexano (HCH).

A partir de então, os moradores do local (alunos, funcionários dos institutos educacionais, ex-funcionários da fábrica e do Instituto de Malariologia e suas famílias), passaram a utilizar os produtos



indiscriminadamente, inclusive vendendo-o nas feiras livres de Duque de Caxias. Apenas no final da década de 1980 começaram a surgir denúncias na imprensa sobre comércio ilegal de agrotóxicos (popularmente conhecidos como "pó-da-broca"). Constatou-se então que cerca de 40 toneladas do material estavam abandonadas na Cidade dos Meninos.

¹ Conforme Fiocruz (2016), o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil tem por objetivo apoiar populações e grupos atingidos por projetos e políticas baseadas em uma visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde

Desde então diversas ações, inclusive judiciais, foram articuladas para promover a descontaminação da área, avaliar possíveis doenças relacionadas à contaminação e para prestar assistência médica aos moradores da Cidade dos Meninos. No ano de 1993 iniciou-se a realização de estudos técnicos e científicos a respeito da destinação final do produto antes de se remover a substância de seu local de origem.

Ao mesmo tempo, análises efetuadas pela Fiocruz nos moradores confirmaram contaminação por HCH em pelo menos 24% das amostras de sangue coletadas. No ano seguinte, novos estudos identificaram a extensão da área contaminada, sendo que os locais mais atingidos estavam próximos à antiga fábrica e à estrada que corta a localidade (Estrada de Gamboaba).

Em 1995, através de convênio com o Ministério da Saúde, a empresa NortoxAgoindústria administrou uma solução de hidrato de carbono (cal) com o objetivo de neutralizar o material contaminado. Contudo, estudos posteriores comprovaram que a operação se revelou inócua e, além disso, resultou em formação de novos compostos ainda mais tóxicos e na sua migração, atingindo as águas subterrâneas.

Com a mistura solo-cal-HCH, a área do foco principal de contaminação foi ampliada, gerando uma massa de material



contaminado de cerca de 29.700t, contendo também dioxinas e fenóis, compostos considerados cancerígenos. Em 1999, parte desse material foi transferida para a REDUC.

Dois anos depois, o Ministério da Saúde iniciou ações para viabilizar a remoção das 400 famílias que moravam no local, medida que encontrou resistência pela comunidade e também não avançou, tendo em vista que a remoção das famílias não iria contribuir para melhorar as condições de vida ou a assistência médica prestada. Entre 2002 e 2004, novos estudos identificaram os principais focos de contaminação e realizaram o diagnóstico ambiental de todo o terreno.

Concomitantemente, a Fiocruz iniciou a coleta de sangue das famílias residentes para acompanhamento da contaminação. Ainda em 2004, o Governo Federal propôs o Projeto de Lei 3.034/2004, que autorizava a União a indenizar os ocupantes de imóveis residenciais na Cidade dos Meninos expostos aos compostos organoclorados.

Mais uma vez, a proposta de remoção da comunidade e isolamento da área encontrou resistência dos moradores e não avançou. Atualmente, o Ministério da Economia incluiu a Cidade dos Meninos no Feirão de Imóveis do Governo Federal. Os moradores se organizam em torno da Associação de moradores do Bairro e demandam a titulação dos imóveis, além da assistência médica

Isso posto, consideramos de fundamental importância que esta Comissão promova com urgência essa audiência pública, dado o lapso temporal da falta de resolução do problema e da extensão dos impactos causados pelo acidente à população local.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2022.



Deputado **CHICO D'ÁNGELO**
PDT-RJ

